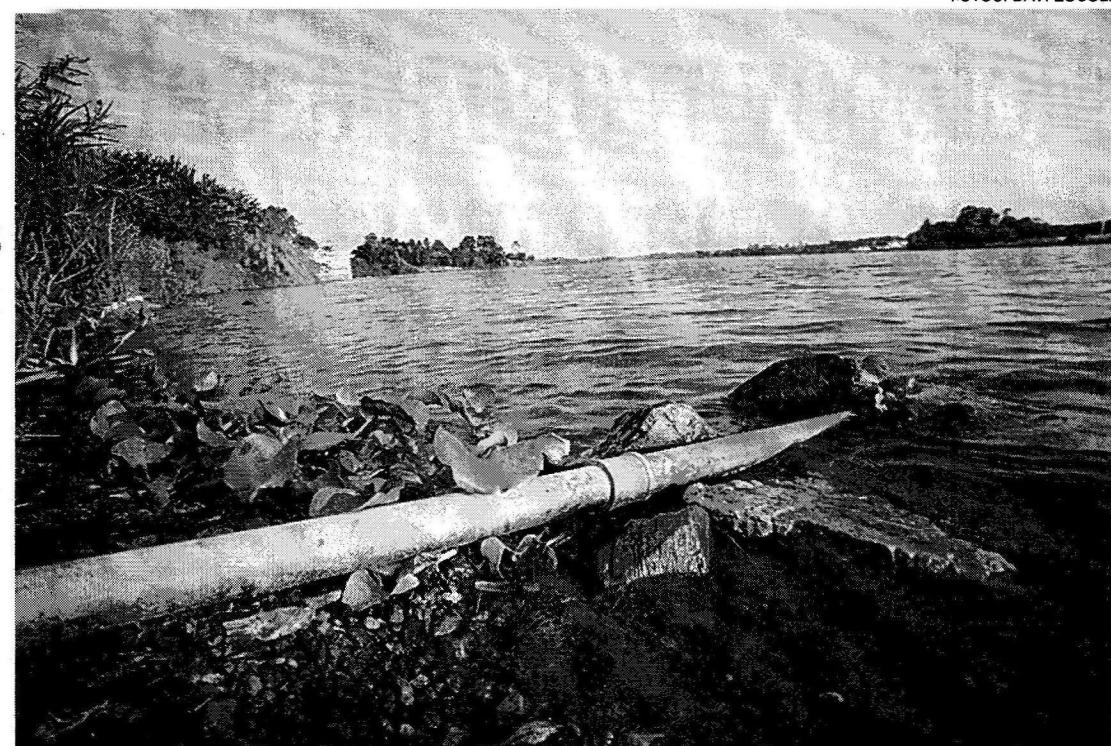




Moradores das margens do Paranoá esticaram os lotes até as margens, invadindo terra pública



O resultado da invasão na faixa de preservação, com cortes de árvores nativas, é o assoreamento

DF - Lago Paranoá

Prazo para fim dos abusos na orla

GDF tem até 15 de novembro para tomar providências contra a degradação praticada pelos invasores do Paranoá

REGINA BANDEIRA

O governo do Distrito Federal tem até a primeira quinzena de novembro para sinalizar ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) de que não ficará omissa quanto às ocupações ilegais de áreas públicas da orla do lago Paranoá. Caso a situação das 95 casas (que provocam algum problema ambiental) não seja normalizada, o MP acionará juridicamente os moradores

que insistirem nos crimes e o próprio poder público poderá ser responsabilizado por omissão.

Até a primeira quinzena de novembro, as secretarias do Governo do DF foram recomendadas a entregar um plano de ação ao Ministério Público. "Queremos apenas que o Estado exerça seu poder de polícia e de fiscalização. A lei tem de ser aplicada e cumprida por todos. Quem não estiver enquadrado, deve se emendar, seja compensando

estragos feitos em outros locais, corrigindo o problema que causou ou mesmo devolvendo a área para o Estado", anunciou a promotora de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Kátia Christina Lemos, que está otimista com relação à postura do governo. "Os secretários têm demonstrado interesse em acertar a situação. O governo tem agido assim com pessoas humildes; não ficará bem politicamente deixar que esses crimes (ambientais), cometidos

por gente graúda, fiquem impunes", ponderou.

A recomendação feita pelo MP já deu resultados. Amanhã, a Secretaria de Meio Ambiente (Semarh) coloca em atividade um plano de ação visando reduzir o impacto do assoreamento do lago. Segundo informou a secretária Valdecy Camargo, da Semarh, uma equipe de 12 fiscais – quatro de obras, quatro fiscais ambientais e quatro de atividades econômicas – trabalharão os problemas que

mais agride o meio ambiente. São eles: aterramento do lago; despejo de lixo e sucata na área de proteção ambiental e a sujeira dos terrenos que ainda não estão habitados. "Esperamos que os proprietários nos ajudem, pois estamos buscando o diálogo. Faremos tudo dentro da lei, e analisaremos caso a caso, mas não seremos omissos", disse a secretária.

Das 684 casas existentes em frente ao Lago Paranoá, 95 residências já foram notifi-

cadas pela Semarh com autos de constatação – que servem como avisos para que o proprietário regularize a situação. A maioria (68 proprietários) entrou em contato com o órgão com disposição de resolver os problemas. O restante, 27, está sujeito a multas. "São pessoas que não responderam ou não aceitaram resolver a questão. Estamos acompanhando, atentamente, esses casos. Eles são nossa prioridade", avisou a secretária.

12

Descaso apressa a morte

A pressa do Ministério Público tem motivo. Se os processos de assoreamento e invasão da Bacia do Paranoá não forem contidos, em 20 anos o Lago secará. A projeção da geóloga Mônica Veríssimo, embora soe alarmista, expõe a urgência de um assunto que não é novidade no DF: o descaso com as áreas de proteção ambiental do Lago.

Ao longo de 44 anos, boa parte dos moradores das 684 casas próximas ao espelho d'água ergueram quiosques, churrasqueiras, muros, decks, heliportos e quadras de tênis sobre os 30 metros de área pública de proteção permanente (APP). Feriram o Código Florestal (4771/65), e o poder de fiscalização do Estado não foi capaz de evitar que as edificações avançassesem, reduzindo o acesso dos cidadãos.

Os 30 metros de vegetação local – reconhecidos como área de proteção ambiental – são necessários para conter a força das chuvas e o assoreamento, que, naturalmente, ocorre em todos os lagos. É

da natureza dos lagos – servidos por rios – um dia terminar, secar. Mas esse processo está muito rápido no lago Paranoá. Se continuar assim, dentro de 20 anos não teremos mais Paranoá", alerta a geóloga Mônica Veríssimo. Segundo ela, o lago já teve 40 milhões de metros cúbicos (o equivalente a 40 mil caixas d'água de mil litros) a mais do que hoje. "É preciso derrubar essas construções. Os 30 metros de preservação devem ser mantidos com vegetação nativa para que filtrem a água da chuva, que deve penetrar no solo para evitar o carreamento de sujeira e óleo que vêm de todas as regiões da Bacia do Paranoá", explica.

Segundo a especialista, boa parte da área de ocupação da capital despeja resíduos no Paranoá: Brasília, Estrutural, Riacho Fundo, Varjão, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Guará, Parkway e Sudoeste. "Se tiver um vazamento em qualquer dessas áreas, tudo vai parar no lago. É uma questão que afeta a todos", aponta Mônica.



Se o processo de destruição continuar, lago morre em 20 anos